

Considerações finais

Quando iniciamos nossa pesquisa nos propomos a avaliar as possibilidades e limites para a emancipação do trabalhador, a partir de uma cooperativa de trabalho, considerando o contexto de transformação na sociedade capitalista em que vivemos.

Isso porque, chamou a nossa atenção, o grande número de cooperativas de trabalho, fomentadas pela política governamental em nível nacional, a partir da década de 1990, quando em nosso país ganhava força o ideário neoliberal que caminha justamente no sentido contrário, apregoando o individualismo e a competição como elementos importantes para o “mercado”.

Como vimos no primeiro capítulo, que tratou sobre as mudanças na esfera do trabalho, a classe trabalhadora vem sendo bombardeada com uma série de modificações na ordem do capital que trazem sérias transformações nas formas de organização e gestão da força de trabalho. O emprego formal para o qual somos preparados na escola está cada vez mais reservado a uma pequena parte de trabalhadores, advindos principalmente das classes médias altas, considerados aptos para assumirem funções que exigem maior qualificação.

O que resta aos demais trabalhadores é a inserção no mercado informal através da opção de se tornar um “empreendedor” proposta amplamente divulgada pela mídia, pelas várias agências do governo e extremamente útil ao capital. Dentro destas opções de organização dos trabalhadores, se inserem as iniciativas de inserção que vem compondo a chamada economia solidária, cuja principal forma de expressão abriga o trabalho em cooperativa.

A discussão sobre os agentes da economia solidária e os difusores do cooperativismo, foi apresentada no segundo capítulo dessa dissertação, quando evidenciamos os instrumentos institucionais criados no país com

vistas ao incremento das cooperativas de trabalho articulado à Política Nacional de Cooperativismo.

Constatamos que o crescimento das cooperativas de trabalho a partir da década de 1990 se deu principalmente pela possibilidade que essa forma de trabalho tem de “encaixar-se” no processo de terceirização das empresas, e não por seus princípios de solidariedade, ajuda mútua, autonomia e democracia. Prova disso é o grande número de “cooperfraudes” onde predomina a exploração da mão de obra, sem que os encargos trabalhistas sejam assumidos pelas grandes empresas às quais as terceiras se vinculam.

Entre os agentes que incentivam o cooperativismo, destaca-se a ação do SEBRAE, por ter sido a agência norteadora da formação da cooperativa de moveleiros de Guajará-Mirim, objeto de estudo desta pesquisa. O discurso desta instituição afasta-se dos princípios cooperativistas para reforçar o discurso do empreendedorismo. A noção de cooperação que divulgam é distorcida, na medida em que consideram que os cooperados devem se unir para conseguir apenas vantagens econômicas, preservando a individualidade que gera uma competição que é “saudável”.

A evolução populacional de Rondônia reflete os diversos ciclos de desenvolvimento econômico do estado e as diferentes formas de mão de obra demandada. Desta forma os ciclos econômicos que originaram o estado de Rondônia, desde o ciclo do Ouro, da Borracha e a construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré, onde milhares de trabalhadores foram dizimados pelas doenças comuns à região, até o ciclo da agricultura quando se instalou um povoamento mais constante, desenvolvendo a agroindústria em várias cidades, não foram suficientes para garantir a auto sustentabilidade às cidades, especialmente a Guajará-Mirim que mesmo tendo grande potencial de extrativismo mineral e vegetal, não oferece à sua população condições favoráveis de trabalho.

Tanto o ouro, quanto às toras de madeira extraídas em Guajará-Mirim, não revertem positivamente para o município, seja em forma de participação nos lucros ou geração de emprego e renda. Além de causar prejuízo ao meio

ambiente na região, quem lucra com o ouro e a madeira da Selva Amazônica rondoniense, são uns poucos capitalistas.

O estudo aqui apresentado revelou que os trabalhadores cooperados da COOMOGuam encontraram sérias dificuldades durante todo o processo que envolveu a formação da cooperativa desde questões burocráticas e financeiras, à falta de participação dos trabalhadores, e as divergências entre os cooperados até mesmo quanto à compreensão que cada um elabora a respeito do que esperam de uma cooperativa. Mesmo depois de regularizada, diante dos interesses divergentes, os trabalhadores encontraram dificuldades na viabilização da cooperativa, mediante a realização de um trabalho conjunto entre os cooperados.

O que os cooperados falaram ou o que silenciaram, sugerem a ausência de valores comuns entre estes trabalhadores, o que provavelmente tenha impedido o desenvolvimento de uma prática coletiva e solidária. A trajetória ocupacional distinta desses trabalhadores parece determinante na elaboração de suas representações sobre a organização da cooperativa.

Os limites que se colocam para uma possível emancipação dos moveleiros de Guajará-Mirim através do cooperativismo são muitos, entre eles destacamos: a lógica de mercado reforçada pela ideologia do empreendedorismo que reafirma os valores capitalistas do individualismo e da competição; a ausência de condições objetivas de trabalho, agravadas pela falta de uma política pública de apoio às iniciativas autogestionárias de trabalho; as divisões internas no grupo, distinguindo-se os moveleiros que viam a cooperativa como um negócio e visavam apenas o lucro, dos moveleiros que estavam dispostos a equacionar os problemas conjuntamente; divergência quanto a forma de organização da cooperativa de trabalho prevalecendo a proposta de que cada moveleiro ficaria na sua marcenaria sendo a cooperativa apenas um escritório de encomendas. Esta alternativa que desagradou a maioria, praticamente inviabilizou a organização dessa cooperativa; e ainda a falta de uma agência ou de agentes de monitoração e acompanhamento do processo.

Mesmo sendo muitos os limites, consideramos que uma experiência coletiva de trabalho solidário poderá significar uma possibilidade de caminhar na perspectiva de construção de uma nova cultura do trabalho. A idéia de cooperativa de produção defendida por alguns marceneiros, demonstra que estes trabalhadores apreenderam que é pela organização e união que eles poderão ampliar forças na luta pelos seus direitos sociais.

A cooperativa de produção, do nosso ponto vista, é o caminho que a ser estimulado, defendido, com base nos princípios cooperativistas que lhe dão sustentação.

Discutir a importância da cooperação, de acreditar no outro, de querer progredir com um grupo sem explorar e ser explorado, assim como a divulgação dos princípios cooperativistas, são questões que podem compor a pauta de intervenção dos assistentes sociais vinculados às políticas de geração de trabalho e renda, hoje em nosso país.

A história nos mostra que as conquistas dos homens derivaram de sua organização enquanto trabalhadores, criando formas de resistência aos diversos tipos de exploração enfrentados.

A discussão sobre esse tema não se esgota de forma alguma por aqui. Deixamos durante o processo de elaboração desta dissertação várias propostas de continuidade deste estudo que é bastante amplo e complexo.

Esperamos ampliar essa discussão, em outras pesquisas, porque apesar de serem grandes os desafios para quem se propõe a estudar a esfera do trabalho, pela complexidade dos fatos e das intensas e rápidas transformações, que a envolvem, o estímulo está em desvendar esta realidade, e perceber que existem formas de organizações possíveis de caminhar para além da sociedade capitalista de produção.